

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**



**AUDITORIA INTERNA**

**PCA 174-2**

**PLANO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DE  
OBRAS (PAOB 2021)**

**2021**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA**



**AUDITORIA INTERNA**

**PCA 174-2**

**PLANO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DE  
OBRAS (PAOB 2021)**

**2021**





**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA**

**PORTARIA CENCIAR Nº 6/AMNO, DE 2 DE MARÇO DE 2021.**

Aprova a reedição do Plano Anual de Acompanhamento de Obras.

**O CHEFE DO CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA,** no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do Art. 18, do Regulamento do Centro de Controle Interno da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 915/GC3, de 3 de setembro de 2020, e considerando o que consta do Processo nº 67022.000446/2021-90, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição do PCA 174-2 “Plano Anual de Acompanhamento de Obras (PAOB 2021)”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria CENCIAR nº 20/AMNO, de 12 de dezembro de 2019, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 229, de 17 de dezembro de 2019, fl. nº 18255.

Maj Brig Int MARCOS AURÉLIO PEREIRA SILVA  
Chefe do CENCIAR



(Publicada no BCA nº 043, de 5 de março de 2021)



## SUMÁRIO

<b>1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....</b>	<b>9</b>
1.1 <u>FINALIDADE</u> .....	9
1.2 <u>CONCEITUAÇÃO</u> .....	9
1.2.1 <u>ACOMPANHAMENTO</u> .....	9
1.2.2 <u>CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO</u> .....	9
1.2.3 <u>CRITICIDADE</u> .....	9
1.2.4 <u>FISCALIZAÇÃO</u> .....	10
1.2.5 <u>GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS</u> .....	10
1.2.6 <u>IMPROPRIEDADE</u> .....	10
1.2.7 <u>IRREGULARIDADE</u> .....	10
1.2.8 <u>MATERIALIDADE</u> .....	10
1.2.9 <u>RELEVÂNCIA</u> .....	10
1.2.10 <u>RISCO</u> .....	10
1.2.11 <u>RISCO DE AUDITORIA</u> .....	10
1.2.12 <u>RISCO DE CONTROLE</u> .....	11
1.2.13 <u>RISCO DE DETECÇÃO</u> .....	11
1.2.14 <u>RISCO INERENTE</u> .....	11
1.3 <u>ÂMBITO</u> .....	11
<b>2 TRABALHO DE FISCALIZAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
2.1 <u>COMPETÊNCIAS</u> .....	12
2.2 <u>OBJETIVO DA AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO</u> .....	12
2.3 <u>FINALIDADE DA AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO</u> .....	12
2.4 <u>FINALIDADE DO PAOB</u> .....	12
2.5 <u>ATUAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO</u> .....	12
2.6 <u>IRREGULARIDADES E IMPROPRIEDADES</u> .....	13
2.7 <u>ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO</u> .....	13
2.7.1 <u>SELEÇÃO</u> .....	13
2.7.2 <u>TRABALHOS ANTERIORES</u> .....	13
2.8 <u>ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO</u> .....	13
2.8.1 <u>OBRAS EM ANDAMENTO</u> .....	13
2.9 <u>PRAZO</u> .....	14
<b>3 RECURSOS .....</b>	<b>15</b>
3.1 <u>HUMANOS</u> .....	15
3.2 <u>FINANCEIROS</u> .....	15
<b>4 DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>16</b>
4.1 <u>VIGÊNCIA E REVOGAÇÃO</u> .....	16
4.2 <u>CASOS NÃO PREVISTOS</u> .....	16
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>17</b>
<b>Anexo A – Obras a serem fiscalizadas em 2021 .....</b>	<b>18</b>
<b>Anexo B – Obras que poderão ser fiscalizadas em 2021 .....</b>	<b>19</b>





## **PREFÁCIO**

“Manter a Soberania no Espaço Aéreo Nacional com vistas à defesa da Pátria” é a missão síntese do Comando da Aeronáutica (COMAER), definida em seu Plano Estratégico Militar – e importante parcela do Produto Interno Bruto é investida para que seja cumprida.

É imperioso, portanto, que as atividades operacionais e logísticas de todo o COMAER sejam suportadas por uma sólida e competente gestão administrativa, capaz de utilizar os recursos orçamentários e financeiros colocados à disposição da forma mais correta, objetiva, eficiente e transparente possível, observando fielmente o arcabouço legal existente. A sociedade brasileira reage negativamente à “má gestão pública”. É também papel da Aeronáutica administrar os recursos disponíveis de forma exemplar, fomentando e agregando valores positivos que reforcem os princípios básicos da moralidade e da legalidade de toda a Nação.

Ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica, criado pelo Decreto nº 7.809, de 20 de setembro de 2012, compete planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de auditoria interna no âmbito do COMAER.

Integrante do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, o CENCIAR se sujeita à supervisão técnica e orientação normativa da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, sem prejuízo da subordinação administrativa direta ao Comandante da Aeronáutica.

A auditoria e o acompanhamento da gestão são importantes técnicas de controle do Estado na busca da melhor alocação de seus recursos, não só atuando para corrigir os desperdícios, a improbidade, a negligência e a omissão, mas, antecipando-se a essas ocorrências, para garantir os resultados pretendidos e delineados nos planos, em todos os níveis, além de destacar os impactos e benefícios sociais advindos.

O CENCIAR executa o planejamento das atividades de acompanhamento com o objetivo de aplicar seus recursos com propriedade e suficiência, de forma a otimizar o cumprimento do Plano Anual de Acompanhamento de Obras (PAOB), considerando o nível de experiência dos integrantes das equipes de auditoria e competências adicionais.

No PAOB consta a designação das obras que serão acompanhadas. Para essa escolha foram considerados os critérios de criticidade, de relevância e, principalmente, de materialidade na localidade das obras a fim de otimizar a atuação do efetivo de auditores.

Desta forma, este normativo torna-se marco legal básico para orientação e coordenação das ações para efetivação das atividades de Acompanhamento de Obras no ano de 2021, de forma a alcançar os objetivos planejados de forma racional e eficiente.



## **1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

### **1.1 FINALIDADE**

O presente Plano tem por finalidade divulgar os trabalhos de acompanhamento de obras previstos para o ano de 2021.

### **1.2 CONCEITUAÇÃO**

Para os fins deste Plano, as expressões e termos relacionados têm os significados que seguem, complementados pelas conceituações constantes em outras legislações correlatas.

#### **1.2.1 ACOMPANHAMENTO**

É o instrumento de fiscalização utilizado para examinar, a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos a sua jurisdição, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial; e avaliar, o desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionadas, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados.

#### **1.2.2 CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO**

São o conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, dentre outros, operacionalizados de forma integrada por todos os níveis profissionais das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os seguintes objetivos gerais sejam alcançados:

- a) execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações;
- b) cumprimento das obrigações de accountability;
- c) cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis;
- d) salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e danos; e
- e) o aumento da probabilidade de que os objetivos e metas sejam efetivamente alcançados, concentrando-se em verificar se a Organização está mitigando os riscos dos impactos negativos para sua realização.

#### **1.2.3 CRITICIDADE**

Representa o quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a auditar ou a fiscalizar, identificadas em uma determinada Unidade ou Programa. Trata-se da composição dos elementos referenciais de vulnerabilidade, das fraquezas, dos pontos de controle com riscos latentes, das trilhas de auditoria ou fiscalização. Deve-se levar em consideração o valor relativo de cada situação indesejada. A criticidade é, ainda, a condição imprópria por ilegalidade, por ineficácia ou por ineficiência de uma situação de gerência. Expressa a não aderência normativa e os riscos potenciais a que estão sujeitos os recursos utilizados. Representa o perfil organizado, por área, dos pontos fracos de uma organização.

#### **1.2.4 FISCALIZAÇÃO**

É o poder-dever de vigilância, exame ou verificação atribuído por lei à órgão, entidade ou agente público. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal visa à avaliação da ação governamental e da gestão dos administradores públicos federais, por intermédio de instrumentos de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, dentre eles: levantamentos, inspeções, diligências, acompanhamentos, auditorias e monitoramentos.

#### **1.2.5 GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS**

É um processo contínuo e de abordagem rigorosa, conduzido pelos profissionais em todos os níveis da Organização, aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar eventos em potencial, capazes de afetá-la, e para administrar os riscos de modo a mantê-los compatível com o apetite ao risco da Organização, possibilitando garantia razoável no cumprimento dos seus objetivos estratégicos.

#### **1.2.6 IMPROPRIEDADE**

Consiste em falhas de natureza formal que não resulta em dano ao Erário, porém evidencia-se a não observância aos Princípios da Legalidade, Legitimidade, Eficiência, Eficácia, Economicidade e Efetividade.

#### **1.2.7 IRREGULARIDADE**

É caracterizada pela não observância aos Princípios da Legalidade, Legitimidade, Eficiência, Eficácia, Economicidade e Efetividade, materializando-se na existência de desfalque, alcance, desvio de bens ou outra conduta de que resulte prejuízo para o Erário.

#### **1.2.8 MATERIALIDADE**

Refere-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em um específico ponto de controle, objeto dos exames de auditoria ou fiscalização (unidade, sistema, área, processo, programa ou ação). Essa abordagem leva em consideração o caráter relativo dos valores envolvidos.

#### **1.2.9 RELEVÂNCIA**

Significa a importância relativa ou o papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade, existentes em um dado contexto.

#### **1.2.10 RISCO**

Possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos. O risco é medido em termos de impacto e de probabilidade.

#### **1.2.11 RISCO DE AUDITORIA**

É qualquer evento adverso, capaz de impedir que o objetivo de auditoria seja alcançado, possui três componentes: risco de controle, risco de detecção e risco inerente.

**1.2.12 RISCO DE CONTROLE**

É o que se relaciona com a possibilidade de que falhas nos controles internos não detectem erros relevantes.

**1.2.13 RISCO DE DETECÇÃO**

É o relacionado ao próprio trabalho do auditor e à possibilidade de que suas ações não detectem erros, omissões ou irregularidades existentes.

**1.2.14 RISCO INERENTE**

É o risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer ações gerenciais que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou seu impacto.

**1.3 ÂMBITO**

Este Plano aplica-se a todas as Organizações Militares (OM) do Comando da Aeronáutica (COMAER).

## **2 TRABALHO DE FISCALIZAÇÃO**

### **2.1 COMPETÊNCIAS**

Compete ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), como Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG), e para os fins deste Plano:

- a) realizar auditorias de acompanhamento da gestão dos recursos públicos federais sob a responsabilidade das UG (Unidade Gestora);
- b) realizar exames de auditorias e fiscalizações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial, operacional e de pessoal nas Unidades Gestoras; e
- c) promover a apuração dos atos ou fatos inquinados, ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais.

### **2.2 OBJETIVO DA AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO**

Garantir resultados operacionais na gerência da coisa pública. Essa auditoria é exercida nos meandros da máquina pública em todas as unidades e entidades públicas federais, observando os aspectos relevantes relacionados à gestão pública.

### **2.3 FINALIDADE DA AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO**

Comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística das unidades e das entidades da Administração Pública, em todas as suas esferas de governo e níveis de poder, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, quando legalmente autorizadas nesse sentido.

### **2.4 FINALIDADE DO PAOB**

Realizar o acompanhamento da gestão por meio de fiscalizações e acompanhamentos nas Unidades Gestoras Executoras (UG EXEC) e Unidades Gestoras Credoras (UG CRED) do Comando da Aeronáutica.

### **2.5 ATUAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO**

Constituem-se como possíveis objetos de exames realizados pelo CENCIAR, nas UG do COMAER:

- a) os processos de licitação e os contratos firmados por gestores públicos com entidades públicas ou privadas para prestação de serviços, execução de obras e fornecimento de materiais, bem como sua fiscalização;
- b) os instrumentos e sistemas de guarda e conservação dos bens e do patrimônio sob responsabilidade das unidades da Administração Direta e entidades da Administração Indireta Federal;
- c) os contratos firmados por gestores públicos com entidades públicas ou privadas para cessão onerosa de área, bem como sua fiscalização;
- d) os documentos comprobatórios da gestão ou os atos administrativos e seus respectivos lançamentos efetuados nos sistemas de controle;

- e) as Prestações de Contas dos gestores da administração que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores públicos;
- f) acordos de Offset e cartas de crédito;
- g) os projetos de cooperação técnica com organismos internacionais e os projetos de financiamento ou doação de organismos multilaterais de crédito com qualquer órgão ou entidade no país;
- h) os controles internos da gestão implantados (1ª e 2ª Linhas de Defesa); e
- i) outros assuntos de interesse do COMAER.

## **2.6 IRREGULARIDADES E IMPROPRIEDADES**

O auditor, no decorrer de qualquer atividade de acompanhamento, deve atentar para situações que denotem indícios de irregularidades e/ou impropriedades, e, quando obtidas as evidências, dar o devido tratamento, com vistas a permitir que os agentes públicos possam adotar as providências corretivas pertinentes, de forma oportuna e tempestiva, conforme cada caso.

## **2.7 ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO**

São as atividades realizadas ao longo dos processos de gestão, com o objetivo de atuar tempestivamente sobre possíveis impropriedades e/ou irregularidades detectadas em uma Organização Militar, resultando em melhorias e agregando valor aos processos ou prevenindo impactos negativos sobre o desempenho da sua missão institucional.

### **2.7.1 SELEÇÃO**

Para a seleção das obras a com maior probabilidade de serem fiscalizadas, foi consultado o Plano de Infraestrutura da Aeronáutica (PlanINFRA) em vigor e Registros de Acompanhamento da Gestão (RAG) elaborados pela Divisão de Fiscalização do CENCIAR, considerando as localidades que possuem obras em andamento ou com projetos prioritários, levando-se em conta as limitações de tempo e o reduzido efetivo de engenheiros auditores do CENCIAR para a realização dos trabalhos de campo.

### **2.7.2 TRABALHOS ANTERIORES**

Neste contexto, as obras não finalizadas em 2020 continuarão sendo acompanhadas, conforme especificadas no Anexo 'A', durante o exercício financeiro de 2021, bem como ser acrescidas outras obras consideradas estratégicas para o COMAER, elencadas no Anexo 'B' em consonância com os parâmetros de criticidade, de materialidade e de relevância do PlanINFRA.

## **2.8 ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO**

### **2.8.1 OBRAS EM ANDAMENTO**

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA** – Avaliar os resultados alcançados na gestão dos recursos alocados para as obras, bem como todos os procedimentos relacionados ao planejamento, elaboração dos projetos e seus anexos, licenças prévias, impactos de toda ordem, licitações, contratos, materiais empregados, técnicas e métodos de execução, medições, ensaios

e testes, fiscalização e acompanhamento e todos os processos relacionados a execução das obras.

**OBJETIVO** – Avaliar os resultados quantitativos e qualitativos da gestão das obras.

**ESCOPO** – Verificar, na execução das obras, se correspondem às especificações estabelecidas, se atendem às necessidades para as quais foram planejadas, se guardam coerência com as condições e características pretendidas e se os controles da gestão são efetivos.

## **2.9 PRAZO**

O tempo demandado para o trabalho das fiscalizações deverá ser estabelecido em função do tema, do objetivo ou do escopo a ser apontado.

Assim, tanto o planejamento como a programação das atividades deverão ser detalhados de forma a possibilitar a previsão de recursos para a sua execução.

O período de trabalho em campo para as fiscalizações será definido em função da complexidade dos exames e dos recursos disponíveis para executá-las.

Os datas de execução das fiscalizações serão definidas posteriormente, devido às incertezas de contratação da maioria dos empreendimentos citados nos Anexos 'A' e 'B'.



### **3 RECURSOS**

#### **3.1 HUMANOS**

As equipes serão compostas, preferencialmente, por Oficiais e Servidores de nível de assessoramento superior do efetivo do CENCIAR, com treinamento específico na área de auditoria, de acordo com o grau de complexidade e risco de obra a ser fiscalizada.

Excepcionalmente, poderão ser convidados outros Oficiais e Servidores do efetivo das demais Organizações do COMAER, mesmo sem treinamento na área de auditoria, mas que possuam conhecimento e experiência na área a ser fiscalizada, para atuarem como consultores.

Para a fiscalização de obras ou serviços de engenharia a equipe de auditores deverá contar com pelo menos um engenheiro da área a ser fiscalizada.

Poderá ser escalado Elemento de Apoio Técnico à Equipe de Auditoria que deverá ser Graduado ou Servidor assemelhado do efetivo do CENCIAR.

#### **3.2 FINANCEIROS**

Serão despendidos recursos com pagamento de diárias aos auditores, conforme posto, graduação e localidade dos trabalhos de campo e de acordo com a legislação vigente.

Os deslocamentos dos auditores para as sedes das UG no território nacional serão realizados mediante a aquisição de passagens aéreas ou terrestres, conforme previsto na legislação vigente.

## **4 DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **4.1 VIGÊNCIA E REVOGAÇÃO**

O presente Plano substitui o PCA 174-2 “Plano Anual de Acompanhamento da Gestão (PAAG 2020)”, aprovado pela Portaria CENCIAR nº 20/AMNO, de 12 de dezembro de 2019, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 229, de 17 de dezembro de 2019, fl. nº 18255.

### **4.2 CASOS NÃO PREVISTOS**

Os casos não previstos neste Plano serão submetidos ao Chefe do CENCIAR.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica. **Planilha de Projetos e Obras – EMAER**. São Paulo, 04/12/2020. Disponível em: <<http://www.dirinfra.intraer/index.php/2015-10-22-13-22-38/planobra-2>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica. Fiscalização e Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia: **ICA 85-16**. Aprovada pela Portaria DIRINFRA nº 92/DGE, de 28 de julho de 2017. Boletim [do] Comando [da] Aeronáutica [148], Rio de Janeiro, RJ, 28 ago. 2017. Quinta Parte, Seção III, fl. 8877. Rio de Janeiro, 61 p.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal**. Aprovado pela Instrução Normativa SFC nº 3, de 9 de junho de 2017. Diário Oficial [da] União [111], Brasília, DF, 12 jun. 2017. Seção 1, p. 50. Brasília, 34 p.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal**. Aprovado pela Instrução Normativa nº 8, de 6 de dezembro de 2017. Diário Oficial [da] União [235], Brasília, DF, 08 dez. 2017. Seção 1, p. 205. Brasília, 149 p.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Instrução Normativa nº 9, de 9 de outubro de 2018**. Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) das Unidades de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União [197], Brasília, DF, 11 out. 2018. Seção 1, p. 72.

INSTITUTO BRASILEIRO DE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS. **Manual de Auditoria de Obras Públicas e Serviços de Engenharia**. Florianópolis: IBRAOP, 18 out. 2018. 57 p.

**Anexo A – Obras a serem fiscalizadas em 2021**

SEQ	OM	SUBORDINAÇÃO	ASSUNTO RESUMIDO	VALOR (R\$)
1	GAC INFRA-AN	DIRINFRA	Acompanhamento da Construção da Sede Administrativa das Unidades Aéreas - (1º/6, 2º/6º, "GTT" e Unidade Hóspede - (Vistoria I)	14.519.920,11
2	GAC INFRA-AN	DIRINFRA	*Acompanhamento da Construção do Hangar do KC-390 - (Vistoria I)	15.998.815,82
3	GAC INFRA-AN	DIRINFRA	*Acompanhamento da Reforma do ESM H-001 para o F39, oficinas adjacentes (F-39 e KC-390), setores de manutenção e material bélico - (Vistoria I)	26.489.974,73
4	GAC INFRA-AN	DIRINFRA	Construção de 96 PNR Graduados (2 blocos x 6 andares x 8 apt / andar 91 m2)	37.126.498,97
5	DTINFRA-NT	DIRINFRA	Execução de Infraestrutura para a Construção de 5 blocos de PNR Graduados no CHAS	6.332.870,60
6	CISCEA	DCEA	Obra de infraestrutura, com logística associada, para a implantação do Centro de Controle de APP em Guaratinguetá (SP)	141.431.896,52
7	DTINFRA - SJ	DCTA	Acompanhamento das obras de ampliação do ITA – Alojamentos para estudantes	12.569.803,01

Fonte: CENCIAR (2020).

**Anexo B – Obras que poderão ser fiscalizadas em 2021.**

SEQ	OM	SUBORDINAÇÃO	ASSUNTO RESUMIDO	VALOR (R\$)
1	GAC INFRA- AN	DIRINFRA	Construção de 48 PNR Oficiais (2 blocos x 6 andares X 4 apt/andar - 108 m2)	20.962.416,87
2	ALA 10	COMPREP	Restauração dos pavimentos das Pistas de Pouso 16L Taxiways da 16L e Pátios de Instrução (Fases 1 a 3)	34.117.428,81
3	ALA 10	COMPREP	Restauração dos pavimentos das Pistas de Pouso 16R Taxiways da 16L e Pátios de Instrução (Fases 4 a 6)	29.850.000,00
4	ALA 10	COMPREP	Recuperação da infraestrutura do Aeródromo da Ala 10 – Intervenção na pista 16L/34R (1ª Fase)	16.000.000,00
5	ALA 10	COMPREP	Recuperação da infraestrutura do Aeródromo da Ala 10 – Intervenção na pista 16R/34L (2ª Fase)	11.000.000,00
6	ALA 10	COMPREP	Recuperação da infraestrutura do Aeródromo da Ala 10 – Intervenção nas taxiways e no pátio militar (3ª Fase)	8.000.000,00

Fonte: CENCIAR (2020).